

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso Contencioso de Apresentação de Candidatura n.º 15/2024, em que é recorrente **SM - Sociedade em Movimento** e entidade recorrida o 3.º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca da Praia.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 94/2024

I - Relatório

1. Bernardino Fernandes Gonçalves, Mandatário do Grupo de Cidadãos Independentes denominado **SM - Sociedade em Movimento**, tendo sido notificado da decisão proferida pelo Meritíssimo Juiz do 3.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca da Praia, que rejeitou a candidatura do SM para as eleições autárquicas de 01 de dezembro de 2024, no Município da Praia, mas não se conformando com ela, interpôs o presente recurso, com base nas alegações que aqui se reproduzem para todos efeitos legais:

1.1. “1 O Tribunal Constitucional é a instância competente para a interposição de recurso, conforme o artigo 353.º do Código Eleitoral, por força do disposto no artigo 215.º, n.º 1, alínea c) da CRCV.

2. Recorremos dentro do prazo legal face à sentença proferida pelo Meritíssimo Juiz do 3.º Juízo Cível, notificado no dia 31 de outubro de 2023 [2024], às 14h 20, pois, conforme o artigo acima citado, o prazo para interposição de recurso é de 48 horas.

3. Na qualidade de mandatário, tenho legitimidade para recorrer à luz do artigo 354.º C.E.

DOS FUNDAMENTOS DO RECURSO:

1. No dia 22 de outubro, apresentamos nossa candidatura para as eleições autárquicas de 1.º de dezembro de 2024, concorrendo para a Câmara Municipal da Praia (doc.1).

2. Volvidos três dias da entrega da candidatura, na qualidade de mandatário, fui notificado de despacho do Meritíssimo Juiz, que nos convidava para corrigir as irregularidades verificadas (**doc.2**).

3. Ao tomar conhecimento das irregularidades, dispusemo-nos prontamente a supri-las.

4. Entregamos, no prazo legal, os processos passíveis de correção:

- Entregámos as listas com 500 assinaturas dos proponentes;
- Entregámos a declaração de candidatura assinada por todos os candidatos;
- Entregámos a declaração de não inscrição em nenhum partido político de todos os candidatos;
- Entregámos o registo criminal de todos os candidatos,
- Entregámos a declaração do NIF de todos os candidatos;
- Entregámos a certidão de recenseamento do CRE de todos os candidatos;
- Entregámos os documentos de identificação de todos os candidatos;
- Entregámos a Ata n.º 1, com a aprovação da seguinte ordem do dia, aprovada por cinco candidatos presentes (Com quórum):
 - Discussão e aprovação da abertura de contas do Grupo SM-SOCIEDADE EM MOVIMENTO;
 - Discussão e decisão sobre a escolha de candidatura à Câmara Municipal;
 - Discussão e aprovação da organização do processo de eleições de 2024;
 - Designado de mandatário.
- Entregámos a Ata n.º 2 com a aprovação do logotipo e da memória descritiva;

- *Entregámos o logotipo e a memória descritiva.*

1. No despacho do Excelentíssimo Senhor Juiz do 3.º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca da Praia, no processo de candidatura às eleições dos titulares dos órgãos municipais n.º 52/2024, Círculo Eleitoral da Praia, foi solicitada a juntada das declarações de candidatura dos candidatos. O Meritíssimo também determinou que fossem anexadas aos autos as certidões de recenseamento eleitoral da Comissão de Recenseamento da Praia e o registo criminal de cada um dos 500 cidadãos eleitores mencionados, assim como as declarações de não filiação a partidos políticos por parte de cada um dos 500 cidadãos eleitores referidos (ver doc. 2, em anexo)

*2. Foi entregue o dossiê da candidatura nos termos da Lei, contendo as 500 assinaturas dos proponentes, que afirmaram antes de assinarem de que não pertencem a nenhum partido político e que estão devidamente recenseados- **a primeira coisa dita as pessoas que nos ajudaram a coletar as assinaturas dos proponentes, a fim de ganharmos eficiência.***

4. Nestes termos, embora os subscritores da candidatura devam estar recenseados na área do município, consideramos ser completamente inviáveis as exigências impostas no despacho do Meritíssimo Juiz, que solicita certidões de recenseamento eleitoral na Comissão de Recenseamento da Praia, registo criminal de cada um dos 500 cidadãos eleitores mencionados, assim como declarações de não filiação a partidos políticos por parte de cada um desses cidadãos. Outrossim, salvo o merecido respeito, o grupo de cidadãos designados como SM-SOCIEDADE EM MOVIMENTO entende que as exigências proferidas no referido despacho não estão de acordo com os artigos 348.º, 425.º e 426.º do Código Eleitoral.

5. Ademais, no esforço feito para conseguirmos os meios de prova solicitados pelo tribunal, vimos não ser possível, isto porque, o mandatário foi notificado do despacho para a correção das irregularidades no dia 25 de outubro, uma sexta-feira, as 16 horas e 16 minutos, que os serviços da C:R:E., e da Direção Geral dos Registos Notariado e Identificação já se encontravam encerrados e eles não prestam serviços normais nos fins de semana, pelo que efectivamente seria impossível resolver todas as exigências do tribunal.

6. Fui notificado no dia 27 de outubro (**tendo sido comunicado às 19h00, notificado às 23h00 e saído do Tribunal às 00h18**) pelo meritíssimo Juiz do processo de Candidaturas às eleições dos titulares dos órgãos municipais n.º 52/2024, em que o Despacho transcrevo- Pelo exposto e nos termos das disposições legais supracitadas, o 3º Juízo Civil do Tribunal da Comarca rejeita a lista de candidatos apresenta por um grupo de cidadãos denominado SM-SOCIEDADE EM MOVIMENTO. Às eleições dos titulares da Câmara Municipal pelo Círculo eleitoral da Praia, marcadas para o dia 01 de dezembro de 2024. Notifique-se o mandatário, nos termos e para o efeito do disposto no artigo 352.º do CE. **O artigo 352º do CE refere-se a Rejeição de candidaturas (doc.4)**

7. Todavia, no ato da notificação o Meritíssimo juiz proferiu um “ Despacho verbal”, que se eu levasse os 32 proponentes recenseados em falta no prazo legal (48 horas), aceitaria a candidatura, - Considerando que a própria sentença do dia 27 de outubro no seu número 1.1. do 1º paragrafo in fine, que diz que “(...) a presente lista de candidatura as eleições dos titulares dos órgãos do Município Praia deveria ter sido apresentada por 500 (quinhentos) cidadãos eleitores não pelos 468 (quatrocentos e sessenta e oito subscrições) cidadãos (...)”, configuraria uma consonância entre o “Despacho verbal” e a Sentença.

8 Por isso, no dia 28 de outubro às 17h 10, foi entregue na secretaria do 3º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca da Praia, os 32 proponentes recenseados, de acordo com o “Despacho verbal” proferido pelo próprio meritíssimo Juiz Raimundo Martins Tavares (**doc.5.**)

9. Devo referir, que havia e há, uma possibilidade do Meritíssimo Juiz, não tivesse proferido a Sentença de rejeição da Candidatura, no dia 27 de outubro às 23h00. Apesar da Sentença, cumprimos as exigências, que entendemos ser um “Despacho verbal”, entregar os 32 proponentes recenseados em “falta”. **O que foi feito de imediato, (VD doc.5.).**

10. Conforme o Despacho do dia 27 de outubro, notificado o mandatário às 23h00, cujo fundamento da decisão da rejeição da candidatura é o artigo 352.º do CE, cujo conteúdo nos dado a entender:

1 São rejeitadas os candidatos inelegíveis e a lista que não contenha o número de candidatos efectivos e suplentes estabelecidos.

2 Verificado o disposto no número anterior o mandatário da lista é imediatamente notificado para o efeito de se proceder à sua correcta e definitiva substituição, no prazo de quarenta e oito horas, sob pena de rejeição de toda a lista.

3. Findo o prazo previsto no número anterior, o magistrado judicial, em quarenta e oito horas, faz operar nas listas as rectificações requeridas pelos respectivos mandatários e manda dar publicidade às listas rectificadas.

Se não vejamos:

*11. É o próprio Despacho do meritíssimo Juiz, no seu n.º 3- **Da elegibilidade dos candidatos**, aduz o seguinte: “ Compulsados os autos acima referenciados, verifica-se que foram juntas as certidões de recenseamento eleitoral e de registo criminal dos candidatos, beneficiando estes, por isso, da presunção de capacidade eleitoral; que a lista contem o nome completo, a idade, filiação, naturalidade, profissão, e residência dos candidatos; que foi designado o mandatário da lista, que está identificado nos termos legais; e que os candidatos apresentaram a respectiva declaração de candidatura, cujo o teor reproduz o conteúdo da correspondente declaração fixado por lei.*

Verifica-se, pois, que os candidatos na lista acima mencionada são elegíveis nos termos dos artigos, 8º, 9.º, a contrário senso, 38º n.º 1, 418º, 418º, 420º, 422.º, 423º, estes a contrário senso, todos do CE.

Nestes termos, tendo sido feitas as retificações ordenadas na lista acima referidas, julga-se verificada a regularidade nessa parte do presente processo de candidatura, a autenticidade dos documentos que o integram e a elegibilidade dos candidatos”. Que demonstra que o presente processo de candidatura se encontra verifica. Porem, havendo correções a fazer, salvo devido e merecido respeito, devia ser notificado para fazer as devidas correções.

12. Fui comunicado no dia 29 de outubro às 14h56 para comparecer de urgente a Secretária do 3.º Juízo Civil. Chegado ali, fui notificado (enquanto no Despacho do dia 27 de outubro o Meritíssimo Juiz utilizou o artigo 352º do CE para notificar-me enquanto

mandatário, neste Despacho do dia 29 de outubro utilizou o artigo 139º n.º2 conjugado com o artigo 437º n.º1, todos do CPC ex vi artigo 268.º CE), no Despacho do dia do citado “ Despacho verbal” do Meritíssimo Juiz, que exigia que entregássemos apenas 32 proponentes recenseados em falta. Ao entregarmos os 32 recenseados, veio agora o Meritíssimo Juiz, no seu novo Despacho data supra (...) **notificado o mandatário da lista para oferecer imediatamente a prova quer da entrega na entidade competente do pedido de emissão das certidões de recenseamento dos 500 subscritores da candidatura (...)**, (doc. 6.).

13 Mais uma vez, cumprido as diligências do douto Despacho do Meritíssimo Juiz referido acima, desloquei-me ao CRE-Praia que me entregou uma Declaração informando que não é possível emitir as 500 certidões de recenseamento eleitoral, uma vez que a CRE está a trabalhar nas eliminações de duplas inscrições, (doc. 6.1).

14. Por entendermos que o despacho de 27 de outubro foi uma Sentença de rejeição da candidatura do Grupo de Cidadão **SM-SOCIEDADE EM MOVIMENTO**, demos entrada no dia 29 de outubro às 17h55 ao Recurso Contencioso À Candidatura as Eleições dos Titulares dos órgãos Municipais n.º 52/2024, na Secretaria do 3º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca da Praia (doc.7).

15. No dia 30 de outubro de às 15h45, fui notificado de um novo Despacho do Meritíssimo Juiz, transcreve-o: “(...) Neste sentido, não integrado o despacho recorrido o conceito normativo “decisão final” do Tribunal de Comarca relativa à apresentação de candidatura do Grupo **SM-SOCIEDADE EM MOVIMENTO** o mesmo é irrecurável. Pelo exposto, e nos termos das disposições supracitadas, por a decisão impugnada ser irrecurável, não se admite o presente recurso para o Tribunal Constitucional. (doc.8.).

16. Hoje 31 de outubro às 14h20, fui notificado na secretária do 3º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca da Praia, do Despacho do Meritíssimo Juiz, onde afirma rejeitar definitivamente a lista dos candidatos do Grupo –**SM- SOCIEDADE EM MOVIMENTO** às eleições dos titulares da Câmara Municipal, marcadas para dia 01 de dezembro de 2024 (doc.9.)

17. Não pensamos, sempre com o devido respeito, havendo pequenas irregularidades processuais, alegadamente corrigidas, sejam de tal forma grosseira, para inviabilidade

toda a candidatura, indo assim contra o espírito do legislador que consagrou o princípio da correção das irregularidades, para justamente, permitir o acesso à participação política dos cidadãos.

18. Tendo em conta a substância por detrás das normas do processo da candidatura às eleições, pensa-se que seja mais correto e legal, de acordo com o animus do legislador, que (...) vigore o princípio do maior aproveitamento do processo.

Vossa Excelências Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional

a) A decisão do tribunal a quo é ilegal, por contrariar os artigos 351º e 352º do Código Eleitoral;

b) As irregularidades verificadas no processo estão em condições de serem sanadas, inclusive foram entregues as “faltas” na secretária do 3.º juízo civil horas depois a “notificação verbal” do meritíssimo Juiz;

Por último requer que seja declarada, citamos, “ a anulabilidade (sic!) da decisão que inviabiliza” a candidatura às eleições municipais de 01 de dezembro de 2024 e que, em consequência disso, seja a mesma candidatura a corrigir as irregularidades processuais (havendo-as) verificadas. ”

2. O requerimento de interposição de recurso foi admitido e o recurso subiu ao Tribunal Constitucional onde se procedeu à distribuição, debate e apresentação do projeto de acórdão pelo relator que o elaborou com base na fundamentação consensualizada nos termos que se seguem.

II – Fundamentação

3. Com o presente recurso visa o recorrente que seja anulada a decisão proferida pelo Meritíssimo Juiz do 3.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca da Praia que rejeitou a candidatura da SM - **Sociedade em Movimento**- às eleições autárquicas de 01 de dezembro de 2024, no Município da Praia, por não se conformar com a decisão, nem com a sua fundamentação.

4. Antes de o Tribunal conhecer do mérito deste recurso, importa verificar se os pressupostos de admissibilidade do mesmo se encontram presentes.

4.1. Assim, não se coloca problema de legitimidade, na medida em que é recorrente o mandatário da candidatura do SM- Sociedade em Movimento- Grupo de cidadãos não inscritos em partidos políticos, que concorre às próximas eleições autárquicas no Município da Praia. Conforme dispõe o artigo 354.º do Código Eleitoral: *“têm legitimidade para interpor recurso os candidatos, os mandatários das listas e os partidos políticos ou coligações concorrentes à eleição no círculo eleitoral”*.

4.2. O Tribunal Constitucional é competente para apreciar e decidir o presente recurso. Pois, resulta de forma inequívoca a sua competência, uma vez que nos termos do artigo 353.º do Código Eleitoral, *“das decisões finais do Tribunal de Comarca relativas à apresentação de candidaturas cabe recurso para o Tribunal Constitucional (...)”*. não há dúvida que o despacho através do qual se rejeitou a candidatura do SM constitui uma decisão relativa à apresentação da respetiva candidatura para as próximas eleições autárquicas com vista à escolha dos titulares da Câmara Municipal da Praia.

4.3. Por último, mas não menos importante, é condição de admissibilidade de qualquer recurso dessa natureza que o requerimento de interposição de recurso seja apresentado no tribunal que proferiu a decisão que se pretende impugnar no prazo de quarenta e oito horas a contar da notificação.

Refira-se que o recorrente foi notificado do despacho que rejeitou a candidatura impugnada, no dia 31 de outubro de 2024, e deu entrada do seu requerimento de impugnação do citado despacho no Tribunal Judicial da Comarca da Praia, no mesmo dia, mês e ano.

O recurso mostra-se tempestivamente interposto.

4.4. Admite-se, pois, o presente recurso, devendo o Tribunal Constitucional responder às seguintes questões:

Primeira- É legal e legítimo que se exija que a apresentação de candidaturas suportadas por grupos de cidadãos independentes se faça acompanhar de certidões de recenseamento correspondentes a 5% do número de cidadãos eleitores residentes na área do município, não podendo ser em caso algum superior a 500?

Segunda - Caso a resposta seja afirmativa, logrou a candidatura da Sociedade Em Movimento cumprir tempestivamente a condição a que se refere a pergunta anterior?

Terceira - Ocorreu algum evento não imputável à candidatura da Sociedade Em Movimento que pudesse justificar a não apresentação oportuna das certidões de recenseamento dos proponentes da sua candidatura, ou seja, ocorreu o justo impedimento?

5. Antes de o Tribunal Constitucional responder à primeira questão, importa contextualizá-la.

Com efeito, no despacho de aperfeiçoamento proferido pelo Meritíssimo Juiz do 3.º Juízo Cível da Comarca da Praia, de 24 de outubro de 2024, este, tendo analisado os autos para o efeito da verificação da regularidade do processo, a autenticidade dos documentos que integram o processo n.º 52/2024 e a elegibilidade dos candidatos, ao abrigo do artigo 350.º do Código Eleitoral, sinalizou, dentre outras irregularidades, a falta de certidões de recenseamento dos proponentes da candidatura da Sociedade Em Movimento. Concluiu que essa omissão acarreta a ilegitimidade dos proponentes e a subsequente rejeição da candidatura da Sociedade Em Movimento.

Tendo o senhor Bernardino Fernandes Gonçalves sido notificado desse despacho no dia 25 de outubro de 2024, pelas 16h e 16 minutos e informado que teria o prazo de 48 horas para suprir as irregularidades referidas no despacho, veio, no dia 27 de outubro de 2024, pelas 15H00, apresentar o documento constante de fls. 10 dos autos, com uma assinatura ilegível, dizer que *a candidatura apresentada para a eleição autárquica, que ocorrerá no próximo dia 1.º de dezembro de 2024, está conforme os artigos 348.º, 425.º e 426.º do Código Eleitoral.*

Conclusos os autos, o Meritíssimo Juiz do 3.º Juízo Cível da Comarca da Praia proferiu o despacho alojado a fls. 12 dos autos, tendo, no que releva para a questão em apreço, referido que “decorrido o prazo de quarenta e oito horas, compulsados os autos constata-se o seguinte:

Não constando dos autos acima referenciados as 500 (quinhentas) assinaturas de cidadãos eleitores, nem as respetivas certidões de recenseamento eleitoral na Comissão de Recenseamento Eleitoral da Praia, verifica-se a ilegitimidade do proponente da presente

candidatura, determinante da rejeição dos candidatos à eleição dos titulares da Câmara Municipal da Praia...” e com base nesse fundamento rejeitou a lista de candidatos apresentada pela Sociedade Em Movimento e determinou que fosse noticiado o seu Mandatário, nos termos do artigo 352.º do CE.

O despacho que rejeitou a candidatura da Sociedade em Movimento, grupo de cidadãos independentes que se propôs candidatar-se às eleições da Câmara da Praia, no dia 01 de dezembro de 2024, estriba-se na convicção de que a legitimidade do grupo de cidadãos proponentes dessa candidatura depende da prova que os mesmos são eleitores recenseados na área do município da Praia, através da junção das certidões de recenseamento que devem ser emitidas pela Comissão de Recenseamento, tendo para o efeito invocado o disposto no artigo 425.º do Código Eleitoral.

Parece que a candidatura da Sociedade em Movimento tem um entendimento diverso, quando refere que *a candidatura apresentada para a eleição autárquica, que ocorrerá no próximo dia 1.º de dezembro de 2024, está conforme os artigos 348.º, 425.º e 426.º do Código Eleitoral.*

5.1. A questão de se saber se as candidaturas suportadas por grupos de cidadãos independentes devem ou não ser instruídas com as certidões de recenseamento eleitoral dos proponentes foi enfrentada e ultrapassada desde a prolação do Acórdão n.º 18/2016, Basta vs. Tribunal Judicial da Comarca da Boa Vista, Rel. JC José Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 50, de 16 de dezembro de 2016.

Na verdade, nesse aresto fixou-se a seguinte orientação que tem vindo a ser aplicada em todos os casos semelhantes:

“2.1.2. A candidatura de grupos de cidadãos a sufrágio destinado a eleger os titulares de órgãos do poder local está prevista no Código Eleitoral, decorrendo da própria Constituição. Portanto, como já se pronunciou recentemente o Tribunal Constitucional (Acórdão n.º 14/2016, de 7 de agosto), tal possibilidade não é decorrente de *“liberalidades dos poderes públicos, objeto de magnanimidade de outros atores políticos ou incómodos temporários que os projetos mais estruturados têm que tolerar”* (p. 27). Outrossim, resulta de objetivos constitucionais nobres ligados ao princípio democrático e ao direito de participação política, permitindo a cidadãos preocupados com os destinos da sua

comunidade, fora do quadro ideológico-partidário, concorrerem a essas eleições com projetos governativos de base local as eleições e a preferência do povo. Nada disto pode ser, à luz da Constituição, disputado, conforme decorre da análise das próprias *Atas da Assembleia Nacional* referentes à sessão que aprovou a versão original do Código Eleitoral em 1999.

2.1.3. Todavia, o sistema não está propriamente assente no pressuposto de que qualquer grupo de pessoas deve participar, nessa qualidade, de eleições autárquicas, só por serem, em abstrato, e, em conjunto, um “grupo de cidadãos”. Ainda que não se faça uma triagem rigorosa preliminar por via do estabelecimento de condições especiais, o legislador tem a preocupação de inserir no regime normas que, além de propósitos organizacionais e de certificação, destinam-se a garantir que tal grupo tenha penetração na comunidade, daí o número de cidadãos subscritores recenseados na zona do Município que o Código Eleitoral exige. A este critério de representatividade, que, por via negativa, é também uma forma de evitar o aventureirismo e o voluntarismo eleitorais – o grupo de amigos que, de um momento para o outro, resolve concorrer às eleições sem ter uma proposta estruturada e viável de governação local –, e, por isso, não deixa simbolicamente de estimular uma organização mínima do grupo, a qual se manifesta precisamente na capacidade que deve para preparar e apresentar o seu processo de candidatura. Não podia ser diferente, atendendo que se propõem governar os destinos de milhares de outros cidadãos que têm residência no seu Município e que, em larga medida, são os próprios eleitores.

2.1.4. Portanto, desde logo, deve ficar claro que para o Tribunal as exigências formais mínimas que se faz em relação ao processo de candidatura não são de importância menor e se o formalismo, enquanto filosofia, é prejudicial para o Direito, não se pode dizer que formalidades gizadas de modo proporcional e destinadas à salvaguarda de interesses públicos relevantes o sejam igualmente. O legislador, ao impor como requisitos formais de apresentação das candidaturas os previstos pelo artigo 348 do Código Eleitoral, prevendo, ainda, para os grupos de cidadãos subscritores de listas independentes, os que decorrem dos seus artigos 425 e 426, fá-lo com o propósito de sistematizar este processo,

impondo a apresentação de um número específico de documentos destinados a, respetivamente, organizar as listas para efeitos eleitorais cuja finalidade é o preenchimento dos mandatos, identificar e certificar a capacidade eleitoral dos candidatos, confirmar a sua vontade em associar-se a determinado projeto político, designar o seu representante nas operações eleitorais, declarar que não estão filiados a partidos políticos no caso dos candidatos em listas propostas por grupos independentes, etc.

É verdade que se pode considerar que os grupos de cidadãos não possuem, por definição, um suporte organizacional similar aos partidos políticos, não sendo constitucionalmente legítimo o estabelecimento de ónus excessivos a essas entidades, de tal sorte a não terem capacidade de se apresentar às eleições. Porém, não isenta que aos grupos de cidadãos se exija ligação à comunidade – que se comprova com o número mínimo de subscritores – e, particularmente, que revelem a consistência necessária para perseguir tão nobres propósitos, apresentando os documentos exigidos por lei para se candidatar a essas eleições.

2.1.5. Por conseguinte, concluindo o ponto, efetivamente, segundo o despacho de aperfeiçoamento do Mmº Juiz do Tribunal da Comarca da Boa Vista, incluía-se entre essas omissões a suprir, documento de certificação de recenseamento na zona em que concorre, portanto na Boa Vista, que nos parece, sem embargo do que poderia decorrer da interpretação dos artigos 425 e 426, incontornável para se poder comprovar, precisamente, o lastro social da candidatura no Município da Boa Vista.

2.1.6. Portanto, as exigências mínimas e proporcionais feitas pela lei têm igualmente esse objetivo, sendo muito pouco auspicioso, como demonstra o douto despacho do Meritíssimo Juiz da Comarca da Boavista, o nível de deficiências que o processo de candidatura apresentava – nomeadamente com a falta de documentos básicos sobre os quais nunca se suscitou dúvida no quadro de instrução de candidatura eleitoral–, que, afastando-se da normalidade, apresentava uma quantidade excessiva de irregularidades. Não é, seguramente, depois do despacho de correção do juiz o momento ideal para apresentar o grosso dos documentos necessários que devem integrar o processo de candidatura. E isso não deixa de ser racional, haja em vista que, de facto, não se pode, sob pena de se atropelar os prazos previstos para as diversas fases do processo eleitoral, estendê-los demasiadamente. Pressupõe-se, pois, que as candidaturas, mesmo as

promovidas por grupos independentes, têm capacidade para entregar um processo globalmente completo, ficando somente pequenos ajustes para o período posterior a eventual despacho do juiz no sentido de supressão das irregularidades.”

5.2. Esse mesmo acórdão histórico e por isso emblemático, por ter permitido que fosse admitida uma candidatura apoiada por grupo de cidadãos da Boa Vista, a qual saiu vencedora no pleito eleitoral respetivo e dirigiu os destinos do Município da Boa Vista, de 2016 a 2020, procedeu também à interpretação e aplicação sistemática e teleológica do disposto nos artigos 425.º e 426.º do Código Eleitoral, nos seguintes termos:

“2.1.7. É verdade que se pode considerar possível que a candidatura requerente pode ter tido dúvida razoável, se levarmos em consideração que o artigo 426, precisamente epigrafado de ‘requisito formal de apresentação de candidatura’ – no qual se esperaria estarem concentrados os requisitos adicionais aplicáveis às candidaturas promovidas por grupos de cidadãos –, somente exige declaração de que “*o candidato não se encontra inscrito em qualquer partido político*” e que o outro tipo de documento central mencionado nos autos, a certidão de recenseamento na área do município, retira-se, implicitamente, do artigo 425.

2.1.8. Mesmo que se aceite tal possibilidade interpretativa, é muito difícil de acreditar que um grupo de cidadãos integrado por centenas de membros da sociedade boavistente e figuras experimentadas ao nível local e nacional, chegassem a esta conclusão, particularmente tendo em mente que seria facilmente inferível da lei porque já há, neste momento, prática consolidada de aplicação dessas normas e que considera imprescindível a apresentação de prova de recenseamento dos subscritores na zona em que se propõe candidatura independente. Consequentemente, face a tais antecedentes, mesmo na hipótese de que outra interpretação fosse admissível, esta realidade deveria ter suscitado, pelo menos, dúvida aos proponentes no que diz respeito à necessidade de apresentação da referida documentação, e suscitadas diligências conformes para obtenção de informações.”

5.3. Portanto, se em 2016 já era assim, volvidos oito anos, não se compreende que a candidatura da Sociedade Em Movimento tenha questionado sem fundamento tal exigência legal e legítima.

Nesta oportunidade, o Tribunal Constitucional reitera o seu entendimento e faz valer a sua jurisprudência no sentido de que a exigência de subscrição de candidaturas independentes por uma percentagem ou número absoluto de cidadãos eleitores da área do município para o qual se concorre, trata-se de formalidades gizadas de modo proporcional e destinadas à salvaguarda de interesses, designadamente para testar a solidez, a seriedade e o âmbito de penetração ou aceitação na comunidade.

5.4. Ainda sobre esta matéria, importa trazer à colação o Acórdão n.º 34/2020, de 24 de setembro (Autos de Recurso Contencioso de Apresentação de Candidatura para as eleições municipais de 25 de outubro de 2020, em que foi recorrente o LUTA-Liderança, União, Trabalho e Amor (Grupo Independente) e recorrido o 4º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca da Praia, publicado no BO: I serie, nº 139, de 23 de dezembro de 2020, no âmbito do qual o Tribunal Constitucional fixou orientações sobre o fundamento da exigência legal no sentido de as candidaturas apresentadas por grupos de cidadãos recenseados na área do município terem um número de proponentes correspondente a 5% do número de cidadãos eleitores, não podendo ser em caso algum superior a 500.

“C. Quem tem poder de apresentação de candidaturas?”

1. Conforme a decisão do Tribunal de instância, a lista do proponente não foi admitida com base em dois argumentos, primeiro porque não teria sido apresentado o número de cidadãos eleitores exigido por lei e, em segundo lugar, porque não se cumpriu regra legal quanto à alternância de sexo nos dois primeiros lugares em função do disposto na Lei da Paridade. Antes de prosseguirmos na análise de mérito, impõe-se interrogar rapidamente sobre quem detém em Cabo Verde, à luz do Código Eleitoral, o poder jurídico-público para apresentar candidaturas aos órgãos municipais.
2. Ora, esta questão é facilmente de responder, tendo em conta o disposto no artigo 425º do CE, que determina que , «para além dos partidos políticos e das coligações de partidos políticos nos termos do presente Código, as listas para as eleições dos titulares dos órgãos municipais podem ser **apresentadas por grupos de cidadãos recenseados na área do município e não filiados em partidos políticos, correspondentes a 5% do número de cidadãos eleitores**, não podendo ser em caso algum superior a 500 . Assim, os titulares deste poder são:

- a) Os partidos políticos;
- b) As coligações de partidos políticos;
- c) Grupos de cidadãos recenseados na área do município e não filiados em partidos políticos, correspondentes a 5% do número de cidadãos eleitores, não podendo ser em caso algum superior a 500.

Desta norma resulta, pois, uma legitimação para os grupos de cidadãos que sejam em número superior a 5% dos eleitores de um dado município ou cujo número não ultrapasse os 500. Acontece que aqui se está a criar uma cláusula barreira para a mera apresentação de candidatura colocada em 5% ou, alternativamente, em um número fixo de 500 eleitores.

Esta norma coloca algumas questões quanto à sua operacionalidade prática, tendo em conta a intencionalidade do legislador, mas também uma questão teórica de saber se a própria cláusula de 5% para a mera apresentação de candidaturas é uma exigência demasiado forte e contraditória com o princípio democrático na medida em que pode desfavorecer a participação num país que não conhece uma cláusula barreira expressa em termos de representação na Assembleia Nacional ou a nível das eleições para a assembleia municipal. O problema da cláusula dos 5% para a mera apresentação das candidaturas coloca-se com acuidade em municípios e círculos eleitorais com muita população como é o caso dos municípios e círculos eleitorais da Praia e de S. Vicente, onde os cinco por cento de eleitores recenseados no município ultrapassa larguissimamente o número de 500 eleitores. Assim, por exemplo, na Praia se considerarmos como número de eleitores recenseados o número de 88.857 eleitores previsto para 2020 os 5% deste número seriam 4443. Se considerássemos o número 82.198 eleitores registados nas Eleições do Ano de 2016 na Praia os 5% seriam equivalentes a 4109¹. Por esta bitola, se ela fosse aplicada de modo alternativo ao número de 500 na Praia, enquanto se exigiria números acima de 4000 para um grupo de cidadãos apresentar uma lista, já em 13

¹ Cfr. **Daniel Henrique Costa** (Org.) : *Dados Eleitorais de Cabo Verde em 25 anos de regime democrático* (1991-2016), Praia, 2018, p. 615.

municípios do país que em 2016 tinham menos de 10.000 eleitores, com base na cláusula de 500 cidadãos², poderiam apresentar uma lista.

Assim, nos círculos e municípios mais populosos, para não se prejudicar a participação de grupos de cidadãos optar-se-á sempre por aplicar uma das variantes do «quórum» de proponentes, que é da variante do número fixo, que funciona como uma espécie de cláusula escapatória («escape clause») para os rigores excludentes da exigência de 5 % nos municípios mais populosos, como por exemplo, Praia, S. Vicente e Santa Catarina.”

Portanto, não se pode censurar a decisão do juiz que, tendo verificado que a candidatura recorrente não supriu a irregularidade decorrente da não junção das certidões de recenseamento eleitoral em nome dos seus proponentes, decorrido o prazo legal, a rejeitou, com base em fundamentos consistentes.

Pelo que improcede, nesta parte, as alegações de que não seria legal exigir-se a junção da prova de que os proponentes se encontravam recenseados no Caderno Eleitoral da Praia.

6. Respondida positivamente a primeira questão, é chegado o momento de enfrentar a segunda e a qual consiste no seguinte: logrou a candidatura da Sociedade Em Movimento cumprir tempestivamente a condição a que se refere a pergunta anterior?

É claro que a forma como se respondeu à primeira questão facilita o enfrentamento dessa segunda, na medida em que era o dever da candidatura da Sociedade Em Movimento, mesmo antes da apresentação da Lista de Candidatos para a Câmara Municipal da Praia, munir-se das quinhentas certidões de recenseamento dos seus proponentes, ou na sua quase totalidade, provando que são eleitores residentes na área do Município da Praia e inscritos no Caderno de Recenseamento Eleitoral da Praia, para que a iniciativa de participação política cidadã não tivesse o constrangimento verificado nos autos.

Como se asseverou no acórdão n.º 18/2016, não é responsável, nem tão-pouco diligente decidir-se apresentar uma candidatura às eleições para a escolha de titulares de órgãos de

² Com base nos dados de recenseados em 2016, aplicando-se a cláusula da percentagem nos municípios da Boavista, Brava, Maio, Santa Catarina do Fogo e São Salvador do Mundo os 5% dos eleitores recenseados corresponderiam a, respetivamente : 341, 221, 241, 171 e 275 proponentes.

autarquias locais, sem que se tenha sequer informado sobre que documentos são necessários e imprescindíveis para a sua correta instrução.

Portanto, andou bem o Meritíssimo Juiz do 3.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca da Praia quando rejeitou a candidatura da Sociedade Em Movimento, depois de ter verificado que, decorrido o prazo de quarenta e oito horas que tinha sido indicado ao mandatário, para, querendo, suprir a irregularidade decorrente da não junção das certidões de recenseamento eleitoral em nome dos seus proponentes, não o fez e sequer se prontificou para atempadamente alegar e provar o justo impedimento. Preferiu, outrossim, reiterar a sua posição de que tal imposição seria desnecessária, não obstante a jurisprudência do Tribunal Constitucional sobre esta matéria, correndo o risco de ver o despacho objeto da sua reclamação produzir o seu efeito, ou seja, a rejeição da candidatura que apresentou.

7. Terceira - Ocorreu algum evento não imputável à candidatura da Sociedade Em Movimento que pudesse justificar a não apresentação oportuna das certidões de recenseamento dos proponentes da sua candidatura, ou seja, ocorreu o justo impedimento?

A terceira e última questão surge na sequência da notificação do despacho que rejeitou a candidatura da Sociedade Em Movimento, o qual foi dado a conhecer ao seu Mandatário, no dia 27/10/24, pelas 23 horas.

Na posse desse despacho, no dia 28 de outubro de 2024, pelas 17 horas e 10 minutos, o Mandatário apresentou ao 3.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca da Praia um requerimento em que, resumidamente, diz *juntar mais 32 proponentes da mesma candidatura para efeito de suprir notadas e a candidatura ser aceite*”, bem como a *informação de que o serviço da CRE lhes tinha garantido ser impossível passar-lhes 500 certidões de recenseamento eleitoral*.

Na sequência, o Magistrado Judicial titular do processo, no dia 29 de outubro de 2024, reportando-se ao conteúdo do requerimento a que se refere o parágrafo anterior, proferiu um despacho com o teor que se transcreve: “ para o efeito de se analisar se se verificam , ou não, os pressupostos legais do justo impedimento invocado, “*ordena-se (...), a notificação do mandatário da lista para oferecer imediatamente a prova quer da entrega na entidade competente do pedido de emissão das certidões de recenseamento dos*

quinhentos subscritores da candidatura quer do que lhe terá sido dito pela referida entidade, cujo teor é: “[...] os serviços da CRE nos garantiram que é impossível passar-nos 500 certidões de recenseamento eleitoral”.

Assim, no dia 29 de outubro de 2024, notificado do competente despacho, no mesmo dia, mês e ano, deu entrada naquele tribunal judicial, conforme fls. 67 dos autos, um requerimento acompanhado de uma declaração do presidente da CRE da Praia com a seguinte informação: “ Por esta via informamos ao Senhor Bernardino Fernandes Gonçalves, na qualidade de “ Mandatário do Grupo de Cidadãos SM- Sociedade em Movimento” *que não nos é possível emitir as 500 (certidões) de recenseamento eleitoral, no âmbito da apresentação da candidatura às próximas Eleições, uma vez que ainda estamos na eliminação de duplas inscrições, óbito e o período de inalterabilidade é já no dia 1 de dezembro)*”.

Às 14 horas do dia 31 de outubro de 2024, prolatou-se o despacho objeto deste recurso em que se deu por não verificado o justo impedimento invocado pelo mandatário, como se pode ver pela transcrição da parte pertinente dessa decisão:

“Decidido que é legítimo a exigência desse documento ao mandatário que representa o referido grupo de cidadão pelo tribunal, vai-se decidir agora se ocorre o invocado justo impedimento.

O artigo 139.º sob epígrafe “Justo impedimento”, do CPC, aplicável ex vi artigo 268º do CE, é do seguinte teor: “1. Considera-se justo impedimento o evento não imputável à parte nem aos seus representantes ou mandatários, que obste à prática atempada do ato. 2. Cabe à parte que alega o justo impedimento oferecer logo a respetiva prova; o juiz ouvida a parte contrária, admite o requerente a praticar o ato fora do prazo, se considerar verificado o justo impedimento e reconhecer que a parte se apresenta a requerer logo que ele se cessou.”

Extrai-se deste artigo, de um lado, que o justo impedimento depende da verificação dos seguintes pressupostos; a) a ocorrência de evento que obste à prática atempada do ato e b) e não ser este evento imputável à parte nem aos seus representantes ou mandatários.

De outro lado, impende sobre a parte que o alega, a prova do facto suscetível de integrar o conceito normativo justo impedimento.

Resulta assente dos autos que a CRE da Praia atestou na declaração junta aos autos que não lhe era possível emitir as 500 (quintas) certidões por motivo de funcionamento do próprio serviço.

Com relevância para a decisão, resultam assentes dos autos os seguintes factos:

- A candidatura do Grupo SM-SOCIEDADE EM MOVIMENTO deu entrada na secretaria deste Juízo no dia 23 de outubro de 2024 sob o número 1113/2024;

-O Grupo SM-SOCIEDADE EM MOVIMENTO não apresentou no momento da apresentação da sua candidatura em Juízo nenhum substrato da sua lista, nem a instruiu com uma única documentação necessária à regularização do presente processo eleitoral;

-No despacho de aperfeiçoamento, que foi notificado ao seu mandatário no dia 25 de outubro de 2024, pelas 16 horas de 16 minutos, exigiu-se a esta candidatura, inter alias, a junção do documento que comprova o recenseamento dos subscritores da sua lista no círculo eleitoral da Praia;

-Foi com a prolação do despacho de rejeição provisória da sua candidatura, datado de 27 de outubro de 2024, em virtude da não junção dessa documentação que o mandatário da lista veio alegar que o incumprimento do prazo previsto pelo CE para a regularização do processo eleitoral do seu representado não lhe era imputável, pois “[...] os serviços da CRE nos garantiram que é impossível passar-nos 500 certidões de recenseamento eleitoral [...]”;

- O mandatário da lista, apesar de lhe ter sido informado pelo tribunal que tem o ónus de juntar aos autos o comprovativo do pedido de emissão das certidões de recenseamento dos seus subscritores na entidade competente, não faz a prova desse facto.

Quanto ao primeiro requisito acima referido, admite-se que o grupo de cidadãos proponente desta candidatura se encontra confrontada, face à mencionada declaração

subscrita pelo Presidente da CRE da Praia, com o evento que obsta à prática atempada o ato.

Mas esse facto exime de censura o comportamento do proponente da presente candidatura?

Dispõe o artigo 266º alínea a) do CE que “Salvo o disposto no artigo 377º número 5, se serão obrigatoriamente passadas, a requerimento de qualquer interessado, no prazo de quarenta e oito horas: [...] as certidões necessárias para a instrução do processo de apresentação de candidaturas [...]”;

Ora extrai-se essencialmente, desses dispositivos legais que o serviço da administração competente para a emissão do documento que prova o recenseamento dos subscritores da lista apresentada em Juízo pelo Grupo SM-SOCIEDADE EM MOVIMENTO tem o prazo máximo de quarenta e oito horas previsto pelo CE para o emitir e, numa interpretação sistemática, o meio de prova exigido para se provar a inscrição dos subscritores da lista no recenseamento eleitoral.

Neste sentido, não é por culpa do referido serviço da administração que o mandatário da lista não apresentou no prazo de quarenta e oito horas previsto pelo CE essa documentação necessária à regularização do processo eleitoral do seu representado.

O tribunal Constitucional a propósito dessa questão faz a seguinte consideração no aresto que se tem vindo a citar: “[...] Não é, seguramente, depois do despacho de correção do juiz o momento ideal para apresentar o grosso dos documentos necessários que devem integrar o processo de candidatura. E isso não deixa de ser racional, haja em vista que, de facto, não se pode, sob pena de se atropelar os prazos previstos para as diversas fases do processo eleitoral, estendê-los demasiadamente. Pressupõe-se, pois, que as candidaturas, mesmo se promovidas por grupos independentes, têm capacidade para entregar um processo globalmente completo, ficando somente pequenos ajustes para o período posterior a eventual despacho do juiz no sentido de supressão das irregularidades.

É verdade que ode considerar possível que a candidatura requerente pode ter tido dúvida razoável, se levamos em consideração que o artigo 426, precisamente epigrafiado de ‘requisito formal de apresentação de candidatura’- no qual se esperaria estarem concentrados os requisitos adicionais aplicáveis às candidaturas promovidas por grupos de cidadãos-, somente exige declaração de que “o candidato não se encontra inscrito em qualquer partido político” e que o outro tipo de documentos central mencionado nos autos, a certidão de recenseamento na área do município, retira-se, implicitamente, do artigo 425.”

Mas, sentencia aquele egrégio tribunal, o documento exigido pelo tribunal ao mandatário da lista é “[...] facilmente inferível da lei porque já há, neste momento, prática consolidada de aplicação dessas normas e que considera imprescindível a apresentação de prova de recenseamento dos subscritores na zona em que se propõe candidatura independente.”

Outrossim, Supremo Tribunal de Justiça, enquanto Tribunal Constitucional, já havia se pronunciado sobre essa questão no seu aresto n.º 7/2008, de 17 de abril, fixando a seguinte jurisprudência: “[...] parece ser inquestionável que, todo aquele que, no âmbito da apresentação da lista de candidatura a umas eleições autárquicas, ou outras, se apresenta a esse concurso político deve estar munido dos documentos de suporte elencados na lei, requerendo as certidões com a devida antecedência, indicando logo o uso a que se destina, quando mais não seja pela circunstância de a passagem de certidões destinadas à instrução de recurso em matéria eleitoral ser obrigatória, sim, mas adentro das 48 horas subsequentes, nos termos do art. 255/c) de tal sorte que, a falta de indicação dessa finalidade, somente obrigará a sua passagem no prazo geral,. De maneira que in casu, tudo indica que os documentos foram passados adentro desse lapso de tempo (foi requerido a 11 de abril e a 14 do mesmo mês foram disponibilizadas as certidões requeridas), não se mostrando justificado o apelo a relevação da correspetiva falta de sua entrega em tempo devido, poi, em se pretendendo socorre-se da ignorância ou deficiência interpretação da lei, consabido é que «A ignorância ou má interpretação da lei não justifica a falta do seu cumprimento nem isenta as pessoas das sanções nela estabelecidas”.

Neste sentido, é imputável ao proponente da presente candidatura o incumprimento do prazo de quarenta e oito horas previsto pelo CE para juntar aos autos acima referenciados o documento que comprova o recenseamento dos subscritores da sua lista de candidatos ao sufrágio dos titulares da Câmaras Municipal no círculo eleitoral da Praia.

Consequentemente, não se verifica o justo impedimento invocado pelo mandatário da lista.

Logo, a falta de junção aos autos do mencionado documento necessário à regularização do presente processo eleitoral determina a rejeição definitiva da lista de candidatos apresentada pelo Grupo- SMSOCIEDADE EM MOVIMENTO às eleições dos titulares dos órgãos municipais, marcadas para o dia 1 de dezembro de 2024.

Pelo exposto, e nos termos das disposições supracitadas, 3º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca da Praia rejeita definitivamente a lista dos candidatos do Grupo- SM-SOCIEDADE EM MOVIMENTO às eleições dos titulares da Câmara Municipal, marcadas para o dia 01 de dezembro de 2024.”

8. Esta Corte já teve oportunidade de se debruçar sobre o conceito de justo impedimento, as condições da sua operacionalidade e a possibilidade de o mesmo poder ser aplicado ao contencioso eleitoral, conforme a seguinte orientação que se extrai do Acórdão n.º 18/2016, Basta vs. Tribunal Judicial da Comarca da Boa Vista, Rel. JC José Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 50, de 16 de dezembro de 2016.

“2.4.2. É bem verdade que o Meritíssimo Juiz lembra que nesta matéria, deve atender-se prioritariamente ao que dispõe o artigo 264 do Código Eleitoral, conforme o qual “os prazos previstos neste Código são improrrogáveis e correm em dias de tolerância de ponto, domingo, e feriados” e, pareceu-nos, que, em larga medida, terá visto nesta norma sentido tão inequívoco que não pode decidir de outra forma. Neste ponto específico, compulsados os autos, o Tribunal Constitucional verifica que a orientação seguida pelo ilustre magistrado também se ancora em pronunciamento recente deste Tribunal no qual se enfatiza a ligação entre a solução legislativa e a celeridade do processo eleitoral, que se espalha igualmente sobre o contencioso eleitoral, de tal sorte a contemplar regras tão

taxativa como esta da improrrogabilidade dos prazos (Acórdão nº 4/2016, de 22 de fevereiro, publicado no B.O da República de Cabo Verde, I Série, n.º 35, 10 de maio).

E parece-nos que teve toda razão no seu primeiro despacho, atendendo que o pedido feito pela candidatura se amparava em equívocos notórios sobre o regime de prazos e sobre o funcionamento das instituições públicas relevantes em períodos eleitorais, cujos contornos já foram discutidos. Perante o argumento de que “o documento de apresentação das candidaturas apresenta irregularidades impossíveis de colmatar no prazo de 8 horas; 5. São oito horas porque, hoje é sexta-feira e a maioria das irregularidades deverão ser colmatadas nas instituições públicas que, por conseguinte, trabalham até às 16 horas”, o pedido de prorrogação do prazo era, sem mais, claramente inatendível.

Tal filosofia e as consequências gerais do não cumprimento dos prazos são reafirmadas pelo Tribunal. As candidaturas devem cumprir com os prazos previstos pelo Código Eleitoral sob pena de as listas que apresentam serem rejeitadas. Foi o que se afirmou na primeira parte dessa decisão.

2.4.3. Mas a improrrogabilidade de que fala o artigo não pode abranger os casos em que a omissão de prática do ato de correção de processo de candidatura não se pode imputar aos candidatos, como decorreu de conduta de órgãos do próprio Estado. Corresponderia a situação não prevista pelo citado dispositivo, autorizado, além de interpretação conforme a Constituição, a recorrer ao direito subsidiário, considerando o prescrito no artigo 268 do Código Eleitoral, o qual estabelece que “em tudo o que não estiver regulado no presente Código aplica-se aos actos que impliquem intervenção de qualquer tribunal o disposto no Código de Processo Civil quanto ao processo declarativo, com as necessárias adaptações”.

2.4.4. Nos termos do n.º 1 do artº 139, do Código de Processo Civil, “considera-se justo impedimento o evento não imputável à parte nem aos seus representantes ou mandatários, que obstem prática atempada do acto”. Um evento é um acontecimento independentemente da sua natureza. Avaliando a situação concreta, é seguro que houve um evento [...]

2.4.5. todavia, isto não é suficiente, pois prescreve o número 2 do mesmo artigo do Código de Processo Civil que Cabe à parte que alegar o justo impedimento oferecer logo a respetiva prova: o juiz ouvida a parte contrária, admite o requerente a praticar o ato fora do prazo, se considerar verificado o justo impedimento e reconhecer que a parte se apresentou a requerer logo que ele cessou”. Com as adaptações necessárias previstas pelo artigo 268º do Código Eleitoral, estas condições também estão presentes no caso concreto, exigindo a este que pondere as circunstâncias que o requerente trouxe ao processo, e provou, e que justificam a sua conduta, e que podem justificar a prática de um ato em momento diferente.”

A questão que se coloca é se no caso em apreço ocorreram eventos suscetíveis de suscitar a invocação do justo impedimento e em caso afirmativo, se o instituto foi suscitado em devido tempo, tendo em conta a especial celeridade que caracteriza o contencioso eleitoral cabo-verdiano.

Resulta claro do Acórdão n.º 18/2016, que, não obstante a especialidade do contencioso eleitoral, designadamente a celeridade, há casos em que se pode invocar o justo impedimento.

Todavia, não se pode deixar transcorrer o prazo que é fixado legalmente para se corrigir as eventuais irregularidades para vir tentar justificar o incumprimento da obrigação de entregar atempadamente os documentos necessários para instruir as candidaturas às eleições políticas locais ou nacionais. Veja-se-nesse sentido, o Acórdão n.º 37/2020, de 27 de setembro de 2020, disponível no site do Tribunal Constitucional: www.tribunalconstitucional.cv; em que a Mandatária do Grupo de Cidadãos designado AMISD (AMI E SÃO DOMINGOS) e recorrido o Tribunal Judicial da Comarca de São Domingos, tinha invocado o justo impedimento decorrente da incapacidade da CRE de São Domingos em emitir, no prazo de quarenta e oitos horas, certidões de recenseamento dos proponentes dessa candidatura, apresentou um requerimento e as provas antes do fim do prazo que lhe tinha sido judicialmente indicado para suprir as irregularidades. E o recurso foi considerado procedente.

No caso em apreço, o entendimento do Tribunal Constitucional é que sequer havia espaço para equacionar o justo impedimento, porquanto os hipotéticos eventos que pudessem

consubstanciar a justificação da prática do ato fora do prazo, foram invocados depois de se ter expirado o prazo de quarenta e oito horas que, nos termos da lei, se fixou para o aperfeiçoamento das candidaturas. Isso considerando que, no dia 25 de outubro de 2024, às 16:16, foi notificado do despacho que determinou a junção da lista de proponentes e respetivo registo na CRE da Praia, e, ao invés de proceder em conformidade, resolveu, já perto do termo do prazo de aperfeiçoamento, isto é, a 27 de outubro às 15:00, remeter ofício a proclamar que a sua candidatura estava em conformidade, ocorrendo neste mesmo dia a decisão de rejeição da sua candidatura, que lhe foi oficialmente comunicada às 23:00. Portanto, foi só no 28 seguinte, volvidas mais de vinte e quatro horas depois do prazo, cujo termo final era o dia 27 de outubro, às 16:16, é que trouxe, ainda sem comprovação, a alegação de que a CRE lhe informara que não podia passar-lhe as quinhentas declarações.

Esse entendimento está em sintonia com o Código Eleitoral que é bem explícito quando, no seu artigo 264.º do CE, estabelece que *“os prazos previstos neste Código são improrrogáveis e correm em dias de tolerância de ponto, domingos e feriados.”*

A opção pela improrrogabilidade dos prazos é justificada pelo facto de a partir do momento em que se fixa o calendário eleitoral, qualquer dilação na realização de atos típicos do processo eleitoral, fora da situação de justo impedimento, pode comprometer, irremediavelmente, a realização de eleições nos prazos constitucionais e legais, com profundos reflexos na duração dos mandatos dos eleitos.

Por outro lado, admitir que os prazos do Código Eleitoral fossem prorrogáveis, além do restrito contexto do justo impedimento, seria introduzir fatores de perturbação que não é admissível em processo eleitoral, que requer serenidade, segurança, previsibilidade e, mais uma vez, especial celeridade.

Por conseguinte, qualquer evento não imputável à candidatura que obste, por exemplo, a entrega documentos no prazo de quarenta e oito horas, deve ser alegado e acompanhado da respetiva prova antes do fim desse prazo.

Afigura-se-nos que, nestes autos, mesmo que tivesse ocorrido um evento suscetível de integrar o conceito de justo impedimento, que não aconteceu, porque a falta de junção das

certidões de recenseamento se deveu à imprevidência da candidatura da Sociedade Em Movimento, a sua alegação e prova foram extemporâneas.

Improcede, pois, o presente recurso.

III - Decisão

Pelo exposto, os Juízes do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, por unanimidade, decidem em julgar improcedente o recurso, mantendo a decisão de rejeitar a candidatura da Sociedade Em Movimento às eleições dos titulares da Câmara Municipal da Praia, marcadas para o próximo dia 01 de dezembro de 2024.

Registe, notifique e publique.

Praia, 05 de novembro de 2024

Os Juízes Conselheiros

João Pinto Semedo (Relator)

Aristides R. Lima

José Pina Delgado

(Nos termos da parte final do n.º 1 do artigo 150.º do CPC, aplicável ex vi do art.º 50º da Lei do Tribunal Constitucional, não assina o Acórdão por se encontrar ausente)

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 05 de novembro de 2024.

O Secretário,

João Borges